

**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DE GOIÁS - CAU GO**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS - CAU GO

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Goiás - CAU/GO
Goiânia - GO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Goiás - CAU/GO** (“Entidade” ou “Conselho”), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Goiás - CAU/GO** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 02.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 02, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



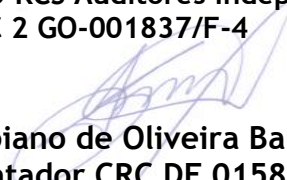
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 GO-001837/F-4


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3 - S - MS

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU GO

Balço patrimonial dos exercícos findos em
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Balço Patrimonial

ATIVO				PASSIVO			
Especificação	Notas Explicativas	2018	2017	Especificação	Notas Explicativas	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		1.691.784	1.223.593	PASSIVO CIRCULANTE		311.389	220.368
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	688.277	803.152	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	12	69.744	43.479
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	6	896.441	227.992	PROVISÕES A CURTO PRAZO	13.1	210.965	139.923
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7	90.038	153.127	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	13.2	30.680	36.966
ESTOQUES	8	17.028	23.170				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	9	-	16.152				
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		2.399.074	2.133.919				-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		954	775				-
IMOBILIZADO	10	2.388.306	2.126.564				
INTANGÍVEL	11	9.814	6.580				
				TOTAL DO PASSIVO		311.389	220.368
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU GO

Balço patrimonial dos exercícos findos em
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

				Especificação	Notas Explicativas	2017	2016
				Patrimônio Social e Capital Social		-	-
				Ajuste de avaliação Patrimonial		-	-
				Resultados Acumulados		3.779.469	3.137.143
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.779.469	3.137.143
				TOTAL		4.090.858	3.357.512

Balço financeiro dos exercícos findos em
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Balço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receita Orçamentária	3.152.864	3.025.656	Despesa Orçamentária	3.051.471	3.375.777
RECEITA REALIZADA	3.152.864	3.025.656	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	74.882	372.433
RECEITA CORRENTE	3.152.864	3.025.656	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	69.744	43.396
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	1.103.739	1.018.386	CREDITO EMPENHADO - PAGO	2.906.846	2.959.947
RECEITA DE SERVIÇOS	1.882.601	1.805.191	DESPESA CORRENTE	2.876.058	2.832.591
FINANCEIRAS	131.608	168.731	DESPESA DE CAPITAL	30.788	127.356
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.916	33.348			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra orçamentários	3.120.882	2.619.369	Pagamentos Extra orçamentários	3.337.149	2.347.763
Saldo em espécie do Exercício Anterior	803.152	881.667	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	688.277	803.152
TOTAL:	7.076.897	6.526.691		7.076.897	6.526.691

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU GO

Balço orçamentário do exercício findo em
Em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais)

Balço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	3.444.199	3.444.199	3.152.864	(291.335)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.308.185	1.308.185	1.103.739	(204.446)
RECEITA DE SERVIÇOS	1.960.414	1.960.414	1.882.601	(77.813)
FINANCEIRAS	135.600	135.600	131.608	(3.992)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.000	40.000	34.916	(5.084)
RECEITA DE CAPITAL	100.000	100.000	-	(100.000)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100.000	100.000	-	(100.000)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUB-TOTAL RECEITAS	3.544.199	3.544.199	3.152.864	(391.335)
DÉFICIT	-	-	-	-
TOTAL	3.544.199	3.544.199	3.152.864	(391.335)

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU GO

Balço orçamentário do exercício findo em
Em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	3.444.199	3.444.199	2.964.564	2.945.802	2.876.058	479.635
PESSOAL	2.053.109	2.079.424	1.895.333	1.895.333	1.843.617	184.091
MATERIAL DE CONSUMO	31.700	33.700	15.995	12.761	12.761	17.705
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	102.300	109.663	84.022	84.022	84.022	25.641
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	778.500	733.612	505.194	489.666	471.637	228.418
ENCARGOS DIVERSOS	108.000	137.342	113.563	113.563	113.563	23.780
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	370.590	350.458	350.458	350.458	350.458	-
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	100.000	100.000	86.907	30.788	30.788	13.093
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	-	35.202	35.073	3.414	3.414	129
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	100.000	64.798	51.834	27.374	27.374	12.964
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	3.544.199	3.544.199	3.051.471	2.976.590	2.906.846	492.728
SUPERÁVIT	-	-	101.392	-	-	-
TOTAL	3.544.199	3.544.199	3.152.864	2.976.590	2.906.846	391.335

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU GO

Demonstração das variações patrimoniais do exercício findo em
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais	2018	2017	Variações Patrimoniais	2018	2017
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.845.996	3.530.249	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	3.203.753	3.516.757
CONTRIBUIÇÕES	1.663.736	1.530.504	PESSOAL E ENCARGOS	1.962.074	1.801.233
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.882.601	1.799.016	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	866.539	815.102
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	131.608	168.700	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	350.458	356.632
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	-	300	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	24.683	543.790
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	168.051	31.730			
Total das Variações Ativas:	3.845.996	3.530.249	Total das Variações Passivas:	3.203.753	3.516.757
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	642.243	13.492
Total	3.845.996	3.530.249	Total	3.845.996	3.530.249

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	3.152.864	3.025.655
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.103.739	1.018.386
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.103.739	1.018.386
ANUIDADES	1.103.739	1.018.386
RECEITA DE SERVIÇOS	1.882.601	1.805.191
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	6.146	3.867
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.876.309	1.801.324
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	146	-
FINANCEIRAS	131.608	168.731
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	131.608	168.731
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	33.358	38.373
MULTAS SOBRE ANUIDADES	47.740	38.159
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50.509	92.199
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.916	33.348
DÍVIDA ATIVA	4.292	1.618
MULTAS DE INFRAÇÕES	10.623	11.164
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.001	20.566
OUTROS INGRESSOS	2.976.256	2.203.539
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	2.876.058	2.832.591
PESSOAL	1.843.618	1.794.711
MATERIAL DE CONSUMO	12.761	25.313
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	84.022	63.941
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	471.637	506.795
ENCARGOS DIVERSOS	113.563	85.199
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	350.458	356.632
OUTROS DESEMBOLSOS	3.337.149	2.347.763
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	(84.087)	48.841
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	30.788	127.356
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(30.788)	(127.356)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(114.875)	(78.515)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	803.152	881.667
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	688.277	803.152

1. Informações gerais

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás - CAU GO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

O CAU/GO é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/GO.

O Conselho está localizado na Avenida Engenheiro Eurico Viana, nº 25 - Edifício Concept Office - 3º andar - Vila Maria José, Goiânia - GO - CEP: 74.815-465.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Gerência de Planejamento e Finanças em 18 de fevereiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 10*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 6*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 15*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU GO, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizada de cada caso.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2018** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/GO procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2018.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/GO, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.
- d) **Reflexo patrimonial comparativo**

	2018	2017
Créditos de Anuidades	2.248.831	1.688.833
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(1.352.389)	(1.460.840)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Do montante de R\$ 2.248.831 do ajuste contábil implantado em 2018, somente o valor de R\$ 743.603, incidente sobre os créditos de anuidades de 2018, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2018. O restante de R\$ 1.505.228 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2017 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/GO segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor Residual</u>
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	5	10%
Instalações	14	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Veículos	5	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Biblioteca	12	10%
Salas	25	20%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

Implantação de política contábil em 2018 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/GO não procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2018.

Base de mensuração - O CAU/GO adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.12. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.13. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Resultado Patrimonial Efetivo

Face às implantações de políticas contábeis em 2018, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.9, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2018 efetivo, escoimado dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2018.

RESULTADO PATRIMONIAL 2018	
Superávit ou Déficit Patrimonial demonstrado	642.243
+ Montante das VPD ref. Provisões p/Contingências exercícios Anteriores	-
RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2018	
Superávit Patrimonial	642.243

3.14. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação as contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco conta movimento		72.664	107.195
Banco conta arrecadação		7.211	4.435
Aplicações financeiras	(5a)	608.402	691.521
		<u>688.277</u>	<u>803.152</u>

(5a) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos a curto e longo prazo

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos a curto prazo			
Anuidades	(6a)	2.248.831	1.688.833
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(6b)	(1.352.389)	(1.460.840)
		<u>896.442</u>	<u>227.992</u>
Créditos a longo prazo			
Inscrições em dívida ativa	(6c)	2.192	-
		<u>898.634</u>	<u>227.992</u>

(6a) O saldo apresentado refere-se a anuidades não recebidas financeiramente, e está composto da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoa Física	1.093.039	791.091
Pessoa Jurídica	1.155.792	927.742
	<u>2.248.831</u>	<u>1.688.833</u>

(6b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise dos créditos a receber, em montante considerado suficiente para cobertura da estimativa de perdas que possa ocorrer na realização dos créditos. No exercício de 2018, o valor reconhecido como despesa no resultado a título de perdas foi de R\$ 1.352.389.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU GO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

(6c) O valor supramencionado representa os saldos a receber de anuidades em que houve a inscrição em dívida ativa. Sendo segregados da seguinte maneira:

	2018	2017
Multa de Infração - Decorrentes do CREA - Pessoa Física	-	49.852
Multa de Infração - Decorrentes do CREA - Pessoa Jurídica	-	1.138
	-	50.990

7. Demais Créditos e valores a Curto Prazo

	2018	2017
Adiantamento a Terceiros (7a)	90.037	152.925
Adiantamento a Pessoal	-	202
	90.037	153.127

(7a) O montante referente a Adiantamentos a Terceiros está substanciado basicamente em convênios de patrocínios concedidos pelo CAU GO e valores cedidos à título de diárias em que até o final do exercício de 2018 não foram objeto de prestação de contas

8. Estoques

	2018	2017
Materiais gráficos	1.469	6.613
Limpeza e higiene	3.678	4.371
Material de copa e cozinha	995	2.612
Material de informática	1.472	2.375
Bens móveis não ativáveis	1.166	241
Gêneros alimentícios	2.655	2.144
Material de expediente	2.902	4.814
	14.337	23.170

9. Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

	2018	2017
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	-	15.656
Vale Transporte	-	496
	-	16.152

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

10. Imobilizado

Bens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Móveis e Utensílios	94.692	(9.143)	85.549	57.059
Máquinas e Equipamentos	36.106	(13.790)	22.316	17.574
Instalações	11.520	(740)	10.780	9.560
Utensílios de Copa e Cozinha	7.666	(690)	6.976	5.548
Veículos	71.500	(12.870)	58.630	23.238
Equipamentos de Processamento de Dados	105.725	(9.809)	95.916	52.102
Biblioteca	2.155	(161)	1.994	1.695
Salas	2.060.000	(65.920)	1.994.080	1.823.786
Obras em andamento	-	-	-	86.702
Benfeitorias em Salas	395.142	(5.223)	389.919	49.300
Depreciação (Exs. 2012 - 2013)	-	-	-	-
Total	2.784.506	118.346	2.666.160	2.126.564

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Bens	2017	Adições	Depreciação	Ajustes	2018
Móveis e Utensílios	57.059	19.060	(9.143)	-	66.976
Máquinas e Equipamentos	17.574	100.450	(13.790)	-	104.234
Instalações	9.560	-	(740)	-	8.820
Utensílios de Copa e Cozinha	5.548	-	(690)	-	4.858
Veículos	23.238	-	(12.870)	-	10.368
Equipamentos de Processamento de Dados	52.102	1.440	(9.809)	-	43.733
Biblioteca	1.695	-	(161)	-	1.534
Salas	1.823.786	-	(65.920)	-	1.757.866
Obras em andamento	86.702	-	-	-	86.702
Benfeitorias em Salas	49.300	-	(5.223)	-	44.077
Depreciação (Exs. 2012 - 2013)	-	-	-	-	-
Total	2.126.564	120.950	118.346	-	2.129.168

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

11. Intangível

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Sistemas de Processamento de Dados	10.604	6.680
Amortização	(789)	(101)
	<u>9.815</u>	<u>6.579</u>

12. Fornecedores a Pagar

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Restos a Pagar	(12a)	69.744	43.396
		<u>69.744</u>	<u>43.396</u>

(12a) Os restos a pagar processados em 31 de dezembro estavam compostos da seguinte maneira:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Brasilcard	16.404	-
Caixa Econômica Federal (FGTS)	11.926	11.479
CAU/GO		269
Cristiano Borges	1.700	1.800
Evolução Assessoria e Consultoria Empresarial	4.500	4.500
DRW Construções	2.710	-
INSS	21.916	21.259
Localiza Rent A Car	-	898
MB da Silva Pinheiro	-	753
Rádio Executiva	7.675	-
R & E Serviços	75	-
Secretaria da Receita Federal (PIS)	1.469	1.495
SETRANSP	-	498
Telefônica (Vivo)	440	445
TIM Celular	929	-
	<u>69.744</u>	<u>43.396</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

13. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
13.1 - Provisões a curto prazo		
Provisões para férias e encargos sociais	210.965	139.923
	<u>210.965</u>	<u>139.923</u>
13.2 - Demais obrigações a curto prazo		
IRRF - Funcionários	7.931	16.707
INSS - Funcionários	9.104	9.563
INSS -Terceiros	109	208
ISS	439	3.190
IRRF/COFINS/CSLL/PIS A RECOLHER	5	414
Vale Transporte	62	-
Depósitos Diversas Origens - Receita a Classificar	3.031	6.884
	<u>30.681</u>	<u>36.966</u>
	<u>241.645</u>	<u>176.889</u>

14. Patrimônio Líquido

Descrição	2018	2017
Superávit ou Déficit do Exercício	642.243	13.492
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	3.137.143	4.040.605
Ajustes de Exercícios Anteriores	(83)	(916.654)
Patrimônio Líquido	<u>3.779.303</u>	<u>3.137.443</u>

No ano de 2017 foi implementado o cálculo Provisão de Devedores Duvidosos pela primeira vez, sendo o valor da provisão referente a anuidades de exercícios anteriores registrados na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

15. Partes relacionadas

O Conselho em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/GO, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego e plano de aposentadoria.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

16. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depreciação e amortização	119.037	125.558
Despesas com pessoal e encargos	1.962.074	1.801.233
Despesas com contratação de terceiros	728.378	666.203
Uso de material de consumo	19.123	23.340
Transferências concedidas	350.458	356.632
Desvalorização e perda de ativos	24.683	543.790
	<u><u>3.203.753</u></u>	<u><u>3.516.757</u></u>

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	3.845.996	3.530.249
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(3.203.753)	(3.516.757)
(=) Superávit/Déficit Patrimonial apurado	<u><u>642.243</u></u>	<u><u>13.492</u></u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	3.152.863	3.025.656
(-) Despesas Empenhadas	(3.051.471)	(3.375.777)
(=) Superávit/Déficit Orçamentário Apurado	<u><u>101.392</u></u>	<u><u>(350.121)</u></u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Disponível Apurado	802.030	803.152
(-) Passivo Financeiro	(386.271)	(592.802)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u><u>415.759</u></u>	<u><u>210.350</u></u>

18. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Salas da sede do CAU/GO	Quaisquer danos materiais a edificações, danos elétricos, vazamento de sprinklers, roubo/furto qualificado recomposição registros e documentos	2.060.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 2 veículos	71.500
		<hr/> <u>2.131.500</u>

19. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

20. Eventos subsequentes

Em 31 de dezembro de 2018 até a data de realização da auditoria, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.